

Vulnerabilidades, dilemas e dores: fragmentos de uma pesquisadora das/nas violências¹

CAROLINA PARREIRAS

Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v27i1p274-294

resumo Este artigo está centrado em um eixo principal: uma reflexão em torno das vulnerabilidades do pesquisador em campo e o que isso pode nos dizer a respeito de questões metodológicas, éticas e de escrita, com as quais nos confrontamos ao realizar nossas pesquisas e ao redigir nossos textos. Busco dar sentido antropológico a situações marcadas por tensões, por dilemas e por vulnerabilidades, que encontrei durante a realização do trabalho de campo de minha pesquisa de pós-doutorado. A primeira parte do texto é uma reflexão sobre uma cena etnográfica: tentativa de abuso sexual que sofri em campo. Esta experiência modificou todos os rumos da pesquisa de campo e representou um divisor de águas tanto em um nível pessoal, quanto para algumas reflexões teóricas. Na segunda parte, recorro novamente a uma cena etnográfica – a revelação de um agressor de crianças e adolescentes e a cadeia de reações que isso provocou em mim -, a qual tem o potencial de ajudar a refletir sobre outras adversidades encontradas ao se realizar uma etnografia das “margens”.

palavras-chave: etnografia; violência sexual; favela; vulnerabilidade; ética

Vulnerabilities, dilemmas and pain: fragments of a research of/in the violence

abstract This article is centered on one main axis: a reflection on the vulnerabilities of the researcher while conducting fieldwork and what this can tell us about methodological, ethical, and writing issues that we confront when conducting our research and writing our texts. I seek to give an anthropological sense to situations marked by tensions, dilemmas and vulnerabilities that I encountered during the fieldwork of my postdoctoral research. The first part of the text is a reflection on an ethnographic scene: attempted sexual abuse that I suffered in the field. This experience modified all the

¹ A pesquisa que deu origem a este artigo conta com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (Processo nº 2015/26671-4).

directions of the research and represented a watershed both on a personal level and for some theoretical reflections. In the second part, I turn again to an ethnographic scene - the revelation of an aggressor of children and adolescents and the chain of reactions that this provoked in me -, which has the potential to help reflect on other adversities encountered when performing an ethnography of the "margins".

Keywords: ethnography; sexual harassment; favela; vulnerability; ethics.

Introdução

*the thing you are most
afraid to write
write that.*

(Nayyirah Waheed – *advice to young writers*)

Ainda que a epígrafe, que abre este artigo², pareça uma poesia banal e que flerta com o óbvio, ela aponta para uma tarefa de grande monta e de difícil consecução: registrar, em palavras escritas, os medos, dilemas e perigos que nos assombram e que, por vezes, causam dores e árduas lembranças. No entanto, concordo com o desfecho: não há, de fato, escapatória a não ser escrever e, neste ato, buscar dar sentido até mesmo ao mais assustador dos mundos. O conselho, dado a jovens escritores, pode ser facilmente tomado por antropólogos, a fim de refletir, por meio da escrita, sobre desafios, riscos e medos que se apresentam no decorrer da prática etnográfica. É nele que me fio, ainda que tomada pela insegurança, tanto em relação ao ato de contar quanto à inevitável exposição que a ele se seguirá.

No caso específico deste artigo, por meio da escrita, busco dar sentido antropológico – e, portanto, gerar um *corpus* de conhecimento – a situações marcadas por tensões, por dilemas e por vulnerabilidades, que encontrei durante a realização do trabalho de campo de minha pesquisa de pós-doutorado. Em conjunto, estes exemplos etnográficos, ainda que sejam altamente memorialistas e subjetivos, podem ajudar a elucidar o

² Este artigo se baseia em uma versão prévia apresentada na 41ª Encontro Anual da Anpocs. A ela foram incorporados autores que permitam discutir algumas das adversidades e riscos que tenho encontrado durante a realização da pesquisa de campo, bem como um melhor tratamento aos dados etnográficos. Agradeço ao professor Júlio Simões, debatedor de meu trabalho na Anpocs, pelas valiosas indicações. Também deixo meus agradecimentos aos alunos da disciplina “Antropologia das Violências”, que leram, em primeira mão, os casos aqui relatados e ofereceram comentários provocadores. Igualmente, sou grata às colegas do Comoveras, grupo de escrita e discussão de textos antropológicos, do qual faço parte, e que deram importantes sugestões em uma versão embrionária do que viria a se tornar esse texto. Cilmaria Veiga foi fundamental, com seus comentários, para que eu perdesse algumas barreiras e medos na escrita. Por fim, meu agradecimento à Viviane Mattar, primeira pessoa a ouvir meus relatos sobre uma das cenas etnográficas que dão base a este texto, e que foi uma mão amiga em meio à violência.

entendimento dos sujeitos que compõem a pesquisa, bem como minha própria constituição de sujeito, da qual a persona pesquisadora é apenas uma parte, que se mescla com tantas outras posições de sujeito, que ocupo cotidianamente.

Creio que vale uma nota de partida fundamental: meu intento, neste texto, está longe de qualquer objetividade. Ao contrário, por meio de emoções, de sentimentos e de percepções subjetivas, quero mostrar como, de diferentes modos, tenho sido confrontada, ao realizar pesquisa de campo, com situações que, para dizer o mínimo, colocam em questão a própria prática etnográfica e o fazer antropológico.

Há que se remarcar também que minha preocupação aqui não foi trazer uma forma textual acabada e sistemática, mas sim, experimentar com a própria escrita, buscando tensionar os limites do dizível, do que se consegue exprimir. A busca, em última instância, é de dar sentido antropológico (ou talvez poderíamos dizer razão antropológica) para experiências subjetivas que, inegavelmente, mudaram o modo como faço pesquisa de campo e como passei a olhar e a interpretar os contextos onde isso ocorre. Ao me colocar no texto, não tenho qualquer pretensão de realizar uma auto etnografia e muito menos de sugerir que as discussões realizadas sejam uma novidade, mas sim, de lançar elementos que me ajudem – e auxiliem também outros antropólogos – a questionar e a problematizar o método, a escrita, as técnicas, que compõem o que chamamos de etnografia. Ainda que diferentes correntes teóricas³ tenham colocado a etnografia em questão, parece-me que este é um processo inacabado e uma discussão sempre pertinente. Afinal, fazer campo extrapola qualquer manual e é uma vivência subjetiva.

Em linhas gerais, a pesquisa, que venho realizando, tem como questão de partida a tentativa de compreender a ocorrência de violências sexuais contra crianças e adolescentes em favelas, que denomino de Complexo, da cidade do Rio de Janeiro. Para dar conta de tal empreitada, proponho entender o termo amplo violência sexual a partir de diferentes “planos de análise” (LOWENKRON, 2015), levando em consideração as narrativas encontradas entre as próprias crianças e adolescentes, na comunidade, na rede de garantia de direitos disponível no Rio de Janeiro e também os modos como a tecnologia⁴ vem sendo

³ Este processo ficou mais evidenciado, em meados dos anos 80 do século passado, com o que chamamos de pós-estruturalismo e com os que receberam a pecha de “pós-modernos”. Para discussões mais aprofundadas ver, por exemplo, Clifford (2002), Clifford e Marcus (2017), Strathern (2014), Gupta e Ferguson (1997) e Butler (1998).

⁴ Um exemplo é a proliferação de casos envolvendo exploração sexual com fins comerciais. Assim, o Facebook, o Whatsapp e o Instagram se converteram em campo de pesquisa. Nesse caso, proponho pensar em como o digital é apropriado e ganha existência a partir das práticas e usos cotidianos dos sujeitos, além de oferecer pistas sobre desigualdades e vulnerabilidades, tanto no que se refere ao acesso ao aparato tecnológico e às redes de conexão, quanto às formas de estar, ser e se comportar online.

utilizada, nestes contextos, e funciona como produtora e reprodutora de violências. Desse modo, é possível apreender que atos são classificados ou não como violências, como são nomeados e como são vivenciados pelos diferentes sujeitos, atuando até mesmo em sua constituição enquanto tais.

Meu objetivo, neste artigo, está centrado em um eixo principal: uma reflexão em torno das vulnerabilidades do pesquisador em campo e o que isso pode nos dizer a respeito de questões metodológicas, éticas e de escrita, com as quais nos confrontamos ao realizar nossas pesquisas e ao redigir nossos textos. O que fazer quando toda a técnica, aprendida em anos e anos de aulas e leituras teóricas, é insuficiente para lidar com as situações vivenciadas em campo? Como dar tratamento à vulnerabilidade do próprio pesquisador? Como escrever e que estratégias textuais utilizar para dar conta de atos, memórias e acontecimentos quase inenarráveis, que despertam dor, medo, fragilidade? Quais são os limites entre o que cabe ou não no texto etnográfico, especialmente quando se trata de emoções e de concepções subjetivas? Como “assombrar” (CHO, 2008) as violências, fazê-las inteligíveis, em contextos em que estas mesmas violências parecem estar sempre à espreita, situam-se no nível do “ordinário” (DAS, 2008) e atingem a própria pesquisadora?

A primeira parte do texto é uma reflexão sobre uma cena etnográfica – tentativa de abuso sexual que sofri em campo. Ainda que não sejam novidade produções antropológicas que lidam com violências sexuais sofridas em campo (MORENO, 1995), esta experiência modificou todo os rumos da pesquisa de campo e representou um divisor de águas tanto em um nível pessoal, quanto para algumas reflexões teóricas que tenho realizado. Além do tom pessoal e memorialista, também utilizo esta cena para problematizar a própria prática etnográfica, quando ela envolve contextos em que se encontram em jogo os *limites da sexualidade* (GREGORI, 2016), aspectos éticos e metodológicos, normatividades, legalidades, perigos e a sobreposição de vulnerabilidades e violências.

Na segunda parte, recorro novamente a uma cena etnográfica – a revelação de um agressor de crianças e adolescentes e a cadeia de reações que isso provocou em mim -, a qual tem o potencial de ajudar a refletir sobre outras adversidades encontradas ao se realizar uma etnografia das “margens” (DAS; POOLE, 2008). Outra vez se colocam as questões dos limites e das fronteiras, especialmente no que se refere à legalidade/ilegalidade, lícito/ilícito e ao que é permitido de ser expresso no texto etnográfico. Além disso, proponho pensar sobre as tensões e desafios que se colocam ao

pesquisador, que exigem uma tomada de posição e trazem uma série de aspectos éticos. Mais uma vez, aparece a questão das vulnerabilidades – a minha e a de meus sujeitos de pesquisa -, sendo que busco pensar em estratégias que permitam lidar com essas situações.

Sobretudo, este artigo não traz respostas ou soluções mirabolantes. Ao recriar, em forma textual e baseada na minha memória, as duas cenas etnográficas, a proposta é levantar questões e utilizar exemplos que sejam bons para pensar. Estou interessada em compreender situações invisibilizadas, marcadas por silêncios e subterfúgios. Violências que se escondem e são escondidas e para as quais falta até mesmo um vocabulário específico. Violências que não são contadas, não habitam as estatísticas e que só ganham o espaço do dizível em situações extraordinárias (ainda que elas habitem o ordinário, o cotidiano). Se o ponto central é tornar visível, é dar voz, é necessário que a própria pesquisadora se coloque na equação. Isto se torna ainda mais premente quando as violências deixam de ser aquilo que atinge o outro e chega até nós mesmos. Assim, ainda que gere medo e insegurança, é necessário falar, é necessário escrever. Escrita que pode ser, talvez e para além de ser apenas um modo de organizar ideias, uma forma de cura.

A pesquisadora vulnerável: violência e fazer antropológico

Eu preciso te contar. Não dá mais pra ficar trancando essa coisa toda dentro de mim. Por mais que eu tenha resolvido não falar disso com ninguém, não dá mais pra ficar quieta depois do que aconteceu ontem à noite. (Lygia Bojunga – O Abraço)

Minha relação com o Complexo se iniciou em 2013, quando fui contratada para trabalhar em uma organização não-governamental. Até aquele momento, nunca tinha ouvido falar daquele conjunto de favelas e sequer sabia de sua existência. Localizado na divisa entre as zonas Norte e Oeste da cidade do Rio de Janeiro, se situa entre os bairros de Deodoro, Guadalupe, Marechal Hermes, Vila Militar e Ricardo de Albuquerque. Trata-se de uma região com grande quantidade de favelas, sendo que são bastante comuns os confrontos entre polícia (e, às vezes, Força Nacional e Exército) e as facções ligadas ao tráfico de drogas e ao roubo de cargas. Seis comunidades – ainda que essa divisão territorial esteja em disputa e que as comunidades guardem, entre si, diferenças consideráveis – compõem o Complexo.

Optei por não identificar o conjunto de favelas como forma de proteger meus/minhas colaboradores/as de pesquisa e a mim mesma. Esta é a primeira estratégia para lidar com um contexto adverso e marcado por riscos. Isso porque a pesquisa tem como tema um assunto sensível, que evoca moralidades, dores e uma série de aspectos éticos, sobretudo no que se refere aos modos de acessar as falas de crianças e adolescentes⁵. Além disso, isso garante que eu não tenha qualquer problema com o grupo que domina e controla as favelas. Ainda que eu possua uma autorização tácita da facção para andar pelo território e realizar a pesquisa, parece mais sensato e seguro omitir completamente o nome dessa organização. Uma busca simples no Google, por exemplo, traria como resultado vários nomes de integrantes da facção, com suas respectivas fotografias.

Desse modo, utilizo o nome genérico Complexo para nomear os locais que servem de contexto para esta pesquisa. Essa já é uma prática rotineira em textos etnográficos, mostrando o quanto a etnografia vem, cada vez mais, utilizando elementos ficcionais que, de modo algum, prejudicam as análises ou retiram sua importância teórica. Como mostra Strathern (2014), os antropólogos constroem *ficções persuasivas* (p. 174), isto é, ao descreverem, a fim de *transmitir novas composições de ideias* (p. 174), recorrem a certas estratégias literárias, que criam uma relação entre escritor – leitor. Por meio da descrição, antropólogos criam universos. No meu caso específico⁶, crio o Complexo, ainda que descaracterizando alguns de seus traços e lhe conferindo outro nome, para falar de experiências reais vividas por pessoas reais.

Além do nome fictício Complexo, outra estratégia narrativa que venho adotando, para garantir o anonimato e o respeito às/aos colaboradoras/es de pesquisa, é não utilizar nomes para adolescentes. Estou ciente das implicações disso, já que não nomear poderia parecer o não reconhecimento de adolescentes enquanto sujeitos. Butler (2015), ao falar sobre as vidas que importam e não importam, mostra como não dar nomes entra na lógica de espoliação da condição de sujeitos de tantas vidas. No entanto, não é o que ocorre aqui. Para mim, adolescentes são tão sujeitos que me recuso a qualquer prática que possa colocá-

⁵ Tenho concentrado a pesquisa de campo nas interações com adolescentes. Vale salientar que trabalho com uma perspectiva que pensa infância e adolescência como social e culturalmente construídas. Desse modo, “ser adolescente” e “ser criança” possuem significados específicos nestes contextos, como mostrei ao analisar, por exemplo, a existência da figura da “novinha” (PARREIRAS, 2017).

⁶ A criação de nomes fictícios para lugares é prática comum em etnografias que lidam com temas sensíveis. Para citar alguns exemplos, temos a favela “Felicidade Eterna” em Donna Goldstein (2003); Roberto Efrem Filho (2017) nos apresenta as cidades de Rosário e Estrela; e Karina Biondi (2014), utiliza o nome genérico “quebrada” para nomear os territórios de ação do PCC.

los em risco ou em exposição. Ainda me fiando nos argumentos de Butler, minha proposta é valorizar estas vidas, fazê-las contar, sem apagar, com a ausência do nome, seu reconhecimento e sua importância.

Durante os três anos de trabalho em organizações não-governamentais do Complexo (seja como coordenadora, gestora ou realizando mapeamentos da região), consegui estabelecer uma rede robusta de relações com vários moradores e com alguns líderes comunitários. O desencadeador para o estabelecimento destas interações foi, sem dúvida, o trabalho no terceiro setor, que permitia, ao mesmo tempo, conhecer muita gente e estabelecer laços de confiança e possibilidades de diálogo (além, é claro, do lado prático de buscar benesses e resolução de problemas para os moradores). É esta rede que me garante a possibilidade de circulação no território (segurança), bem como o que abre caminhos para que eu acesse os sujeitos de interesse para a pesquisa. Neste sentido, eu diria que são redes que hoje misturam relações profissionais e relações de afetividade, na medida em que, inevitavelmente, no processo etnográfico, construímos relações de estima, companheirismo e amizade que ultrapassam o escopo da etnografia.

Veio do trabalho em ONGs a ideia disparadora para esta pesquisa. Eram recorrentes, naquele momento, relatos de crianças e adolescentes que haviam sofrido algum tipo de violência sexual, seja o que se caracteriza, de uma perspectiva legalista e da rede de garantia de direitos, como abuso ou em forma de exploração sexual para fins comerciais. Era com essas nomenclaturas que eu trabalhava, até mesmo para conseguir que os raros casos tornados públicos passassem da mera identificação e chegassem aos meios de denúncia, apuração e possível punição.

No entanto, logo fiz uma constatação: o vocabulário oficial, marcado por categorias estanques e fechadas, não era suficiente para dar conta das realidades encontradas nestes contextos. Além disso, parecia claro que havia, nas comunidades, outro modo de narrar e significar as violências, sendo que, muitos atos, especialmente os mais íntimos e ligados às subjetividades, que eu classificaria, sem sombra de dúvidas, como violentos, eram dotados de outros status, sendo entendidos como corriqueiros e quase como um destino manifesto do qual não se poderia fugir. Friso este ponto porque ele é fundamental para compreender alguns desdobramentos da pesquisa de campo que narro neste texto.

Assim, neste universo de significação, parecia que apenas as sucessivas entradas da polícia, as invasões por facções rivais (“os alemão”⁷) e a própria presença da “boca”⁸ eram narradas e interpretadas como violências. Esta impressão foi ficando mais forte com a realização da pesquisa de campo etnográfica, sendo que são as armas, os “baques”⁹, os caveirões e a polícia os símbolos do que é considerado como violência. Tudo isto aparece, no dia a dia, de modo tão corriqueiro, que é, por vezes, naturalizado. Não pretendo, de forma alguma, sugerir que devemos manter a metáfora da guerra urbana, que povoa noticiários e são a base para os processos de criminalização e marginalização das favelas. Meu ponto aqui é, ao reconstruir esse cenário por meio das falas, impressões e narrativas dos moradores, deixar claro quais são as visões correntes de violência e das próprias condições de existência nesses locais. Esta linguagem da violência, sua condição “ordinária”, é uma das explicações possíveis para que eu mesma tenha me tornado vítima de violência.

Por isso, em vários momentos, ao incluir em minha fala de pesquisadora a palavra violência, recebi olhares surpresos frente à obviedade de minhas perguntas. Será que eu poderia mesmo não ter percebido a violência tão gritante, que me fazia andar alerta, fazer contatos com moradores antes de entrar e que estava representada nos fuzis, nos radinhos, nas barricadas de madeira e concreto nas entradas do Complexo e nos carros de polícia sempre em ronda? Como forma de responderem às minhas perguntas para além do que parecia ser óbvio, comecei a receber relatos mais detalhados e mais chocantes, que mencionavam, por exemplo, o “micro-ondas”, prática na qual, quem afronta o tráfico e suas regras é queimado dentro de um buraco improvisado repleto de pneus.

Ainda que eu tenha demorado a perceber e racionalizar tudo isto, a possibilidade concreta de uma invasão da polícia ou de uma facção rival é também uma adversidade com a qual me deparo em todos os momentos que estou em campo. Creio que faz sentido dizer que, ao realizar o trabalho de campo estou em um risco real constante. No entanto, esse é um risco do qual não posso escapar¹⁰.

⁷ Alemão, no contexto das favelas cariocas (e em algumas torcidas organizadas de futebol), representa o inimigo. Essa nomenclatura é bastante utilizada nos momentos de invasão ou como provocação, especialmente em letras de funk.

⁸ Local de comercialização de drogas.

⁹ Baque é a tentativa de tomar o controle de favelas rivais e pode ser também a tomada de poder, por alas opositoras, dentro da mesma facção.

¹⁰ Recentemente ao entrar em contato com Júlia, minha principal colaboradora de pesquisa, para perguntar como estava a favela e se poderia entrar com tranquilidade, ela me preveniu de que, naquele momento, talvez não seria seguro estar lá, já que a polícia tinha entrado há pouco e “o chão estava coberto de balas”. Quando situações como essa acontecem, minha postura é de evitar ir até o Complexo, a fim de não potencializar riscos existentes.

Taussig (1993), na primeira frase do capítulo 1 – “Cultura do terror, espaço da morte” -, de *Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem*, faz a seguinte afirmação: “a maior parte de nós conhece e teme a tortura e a cultura do terror unicamente através das palavras dos outros” (p. 25). Do mesmo modo, eu conhecia, até então, a violência sexual apenas por meio das narrativas (por meio dos moradores, das adolescentes, da rede de garantia de direitos, dos veículos midiáticos, dos movimentos feministas, de relatos feitos por amigas e conhecidas, da literatura etc) e não podia me incluir na categoria vítima. No entanto, graças aos imponderáveis sobre os quais já nos falava Malinowski, em meio à pesquisa de campo, me vi confrontada com a absurdez da violência.

Logo no início da pesquisa de campo, ocorreu uma festa de Natal, promovida por voluntários, para presentear as crianças de uma das comunidades. Aproveitei aquele momento, no qual eu também era uma voluntária, para manter acesas minhas redes de relações e continuar contatos já existentes, que estavam um pouco comprometidos devido ao meu recém desligamento da ONG. Em meio a muitas tarefas, próprias desse tipo de evento, e ao barulho característico de brincadeiras infantis, fui incumbida de ajudar a Mamãe Noel a se preparar para a distribuição de presentes.

A festa acontecia em um salão, que costuma abrigar diversos eventos (bailes, aniversários, resenhas e até mesmo cultos evangélicos) e se situa próximo à linha dos trens da Supervia. A rua, em frente a ele, estava totalmente tomada por crianças e por seus familiares e não havia nenhum lugar possível, e que fosse escondido para não acabar com a surpresa, em que a voluntária, que iria se vestir de Papai Noel, pudesse se montar. Pedi à vizinha do salão se podíamos utilizar sua casa, sendo que ela atendeu prontamente ao pedido. Não me lembro exatamente o motivo, mas, em um dado momento, precisei sair da casa para fazer alguma outra coisa. Esta casa, ainda que a existência de apenas um portão crie outra imagem, se situa numa espécie de vila familiar. São três casas ligadas por um espaço de cimento que funciona como quintal e que dá saída para a rua. Eu estava neste espaço quando entrou pelo portão o senhor Joaquim. Não estranhei vê-lo ali, ainda que suas filhas não fizessem parte do apadrinhamento natalino, pois ele costumava levar as meninas para todos os eventos. Naquele momento, ele estava só. Vestia uma camiseta regata vermelha desbotada, bermuda e chinelo, levando preso à cintura um celular antigo analógico. O senhor Joaquim era um homem bastante admirado pelo pessoal das ONGs. Viúvo, pai de 5 filhos e avô de 2 crianças, ao perder a esposa, ele assumiu com zelo todas

as funções de cuidado e de provedor de sua família, o que lhe dava uma aura de respeito e admiração. Isto provavelmente se deve ao fato de que, neste contexto, a maioria das responsáveis pelas famílias são mulheres, sendo que os pais são desconhecidos ou ausentes.

Como era de praxe, já que eu o conhecia desde o trabalho nas ONGs, o cumprimentei de forma educada. Ele respondeu ao cumprimento. Lembro de tirar o celular do bolso para responder a alguma mensagem. Nesse ínterim, ele se aproximou, agarrou meu braço e, logo depois, me puxou para ele. Ao fazer isso, com os dois braços me envolvendo, tentou me beijar. Sem autorização, sem consentimento.

A primeira sensação foi me sentir nua e completamente desamparada, ao que se seguiu raiva e a vontade de gritar “tira a mão de mim, me solta”. Meu corpo, assombrado pelo medo e pela necessidade de reação rápida, tremia e ainda lutava contra o cheiro da embriaguez daquele homem, com as mãos desrespeitosas que violaram algo que era meu. Não gritei. Ainda que estivesse em meio a três casas, todos os moradores estavam na festa ao lado. Qualquer grito seria abafado pelo barulho da festa, com suas músicas e seus barulhos felizes de crianças a brincar. Sem pensar muito, simplesmente o empurrei e saí, indo respirar perto da linha do trem, que margeia quase todo o Complexo. Uma memória é ainda vívida: o rosto risonho do senhor Joaquim, ao ser empurrado, sem o menor sinal de abalo. Na beira da linha do trem, em meio a dormentes fora de uso, lembro de sentir os olhos se encherem de lágrimas, de sentir suor escorrer debaixo da blusa e de inspirar-expirar sucessivas vezes, buscando uma calma fictícia e ilusória que garantisse minimamente minha volta para a festa.

Era como se, naquele momento, às margens da violência, do asco e da percepção da inadequação daquele ato, entre perigos e insegurança, tudo que para mim “realmente importa” (KLEINMAN, 2006) estivesse ameaçado. Mesmo que, sem dúvida, perigos, riscos e incertezas sejam algo inescapável à vida, um limite havia se quebrado naquele momento. E, claro, em meio ao estado de confusão imediata, eu não poderia supor o que isso significaria em termos mais amplos e que consequências traria para a pesquisa.

Preciso confessar que não é, de modo algum, fácil ou confortável transformar essas memórias (e revivê-las) em um texto. Ainda são nítidos os cheiros e as reações do meu corpo. Do mesmo modo, não é simples falar sobre elas. Demorei cerca de 3 meses para conseguir colocar em palavras e para confiar a alguém o que eu tratava como segredo. Para conseguir escrever, foram outros tantos meses, nos quais eu busquei me convencer da

importância desse tipo de exposição. Ora, se eu, enquanto mulher e feminista, sempre acreditei na necessidade de falar, de contar, de narrar experiências de violência e dor, como poderia agir de outro modo comigo mesma? Sobretudo, o que me trazia mais ressalvas era pensar nas possíveis reações acadêmicas, de colegas que leriam um texto como este como exposição desnecessária, e de colocar em risco algo que “realmente me importa”, qual seja, minha carreira profissional. Após conversas com colegas e amigos próximos, de muitas sessões de terapia e de entrar em contato mais aprofundado com a literatura da antropologia das emoções, veio a coragem. De fato, como propõe Das (2008), as violências são experiências de limites. Com este texto, busco lidar com os meus limites e com as consequências de sua quebra.

De certo modo, até mesmo o modo de escrita, aqui utilizado, traz indícios de vulnerabilidade, tal como propõe Behar (1996). Ainda que tenha críticas quanto a algumas das formas que a autora elege para escrever vulneravelmente, creio que é pertinente pensar na exposição do self durante a escrita etnográfica. Ela é válida, na medida em que se torna um dado etnográfico, que pode levar a articulações de outra forma impossíveis sobre o tema e as relações estudadas. Não se trata de uma exposição pura e simples, mas de gerar possibilidades de entendimento do Outro a partir de nós mesmos.

O que narro aqui não é novidade em trabalhos antropológicos. Eva Moreno (1994), em seu contundente e aterrador “Rape in the field”, mostra os riscos, envolvidos no trabalho antropológico, elevados ao limite, ao narrar ter sido estuprada por seu assistente de pesquisa de campo. Ela aponta para questões semelhantes às que mencionei acima, tal como, o medo da exposição. Só após 20 anos, ela conseguiu vencer o silêncio e relatar o ocorrido. O maior medo (e ela foi desencorajada até mesmo por seus orientadores) era colocar em risco sua carreira acadêmica: uma boa antropóloga não se colocaria jamais em uma posição que lhe permitisse ser estuprada.

Na parte final de seu texto, Moreno remarca algo fundamental para refletirmos sobre situações como as vividas por ela e por mim: as ordens marcadas e determinadas pelo gênero. Como ela mostra, o mundo acadêmico nega a importância do gênero para as condições e possibilidades de trabalho, colocando-se como um local *gender-free* (p. 246). O problema é que, ao realizar trabalho de campo, é impossível manter a ficção da não existência do gênero. Ao contrário, somos dotados e marcados de gênero nestas situações,

havendo, inclusive, uma confusão entre as esferas privada e pública de nossas vidas enquanto pessoas e antropólogas. E a violência afeta ambas as esferas.

Ao refletir sobre minha experiência, vou além neste argumento. Creio que para além de nos dizer muito sobre os riscos e as vulnerabilidades do pesquisador em campo, isso também pode iluminar o entendimento dos contextos que busco elucidar.

O que esse assédio sexual, este abuso (e aqui as categorias são minhas, moldadas a partir de como eu as significo) mostra é um dos modos como vulnerabilidade pode aparecer e atinge até mesmo a pesquisadora. Na tentativa de compreender o que torna o Outro vulnerável, fui confrontada com minha própria vulnerabilidade em campo. Até então, eu apenas pensava em vulnerabilidade enquanto a possibilidade constante de ser atingida, ao realizar a pesquisa de campo, pelas balas dos confrontos entre polícia e facção.

No entanto, apresentava-se, naquele momento, uma outra possibilidade, outros perigos que, de certa forma, igualavam algumas de minhas experiências com aquelas que eu buscava estudar e entender. Estou cada vez mais convencida de que não há como falar de vulnerabilidade, e tudo aquilo que vêm com ela - precariedade, resistência, afetos, afetação - sem nos colocarmos, enquanto pesquisadores, dentro do mesmo cálculo.

Concordo com Butler (2015) em sua proposição de que a vulnerabilidade não é uma condição existencial “primária, ontológica e constitutiva” (até porque isso significaria aceitar que há algo de pré-social) e nem exclui as possibilidades de agência política daqueles caracterizados como vulneráveis. Em seus escritos mais recentes, ela advoga no sentido de romper com o entendimento de vulnerabilidade como o oposto da resistência. Isso significa repensar vulnerabilidade e deixar de entendê-la apenas como vitimização e passividade, como o local da inação. Assim,

(...) if we argue instead that vulnerability emerges as part of social relations, even as a feature of social relations, then we make (a) a general claim according to which vulnerability ought to be understood as relational and social, and (b) a very specific claim according to which it always appears in the context of specific social and historical relation that call to be analyzed concretely. (BUTLER; GAMBETTI; SABSAY, 2015, p. 4).

Desse modo, vulnerabilidade só pode ser entendida em relação, enquanto algo socialmente produzido e administrado. Seria necessário inquirir sobre os mecanismos que

conduzem a essa possibilidade maior de ser vulnerável que alguns indivíduos experimentam. No caso específico narrado aqui, essa vulnerabilidade está diretamente ligada às construções de gênero em operação. Sei que sou vulnerável, nestes contextos, por ter um corpo reconhecido como feminino, por estar quase todo o tempo sozinha em campo, por não me enquadrar nas lógicas locais. Partilho com minhas/meus colaboradores medos semelhantes, como o da polícia. Mas o mais devastador é realmente ver que me encontro em um lugar semelhante ao de muitas jovens e mulheres que me narram suas experiências de violências. Se gênero é um marcador essencial para compreender essas realidades, estas mesmas relações se aplicam a mim. Em última instância, ser pesquisadora, ex-funcionária de ONGs e reconhecida nesses territórios, é anulado pela persistência do gênero, que nessas relações, me coloca em posição de vulnerabilidade.

Assim, confrontar meus medos e minha vulnerabilidade é um dos caminhos para entender essas lógicas e narrativas em relação à violência. Se parto de uma perspectiva que pensa a violência como relacional, inevitavelmente preciso me colocar como parte desta equação. Não passar por isso, significa perder algo dessas intrincadas relações e deste processo de mão dupla da pesquisa de campo, em que eu sou afetada e afeto, de muitos modos, meus interlocutores.

O que pode/deve fazer um antropólogo? Entre ética, afetações e dilemas

Fiquei confusa, talvez até vermelha, alinhabei motivações sociológicas. Só no fim falei da necessidade de narrar com franqueza qualquer experiência humana, até mesmo – sublinhei – o que parece impronunciável e por isso mesmo calamos a nós mesmas”. (Elena Ferrante – História de quem foge e de quem fica)

A segunda cena etnográfica nos ajuda a ir além, no entendimento das afetações e das relações entre pesquisador e sujeitos de pesquisa. Neste sentido, funciona como um modo de refletir sobre adversidades de outro tipo: o que podemos e devemos, enquanto antropólogos, narrar e tornar público em nossas pesquisas? Em contextos de margem, tal como conceituado por Das e Poole (2004), em que se confundem as fronteiras entre legalidade/ilegalidade, lícito/ilícito, que postura adotar frente a atos reconhecidamente criminosos e, ainda assim, manter o anonimato e a privacidade dos sujeitos de pesquisa?

Como garantir voz e visibilidade a experiências de violências e, ao mesmo tempo, buscar justiça e reparação?

À medida em que minha imagem foi sendo desgrudada das ONGs, comecei a ser convidada para vários eventos nas comunidades. Estes variavam desde acontecimentos que mobilizavam uma grande quantidade de pessoas, como os bailes, até momentos mais intimistas, como festas de aniversário. Como estratégia de inserção em campo, na medida do possível, tentei e tento estar presente em todos eles. Costumo privilegiar os eventos que ocorrem à noite¹¹, já que são notáveis as mudanças nas formas como as relações se dão e na dinâmica das comunidades como um todo.

Durante o carnaval de 2016, fui convidada para uma festa de aniversário infantil¹². Nessa festa, estava presente Júlia, que considero minha principal referência em campo, tanto no que se refere à liberdade de locomoção, quanto ao estabelecimento de relações com outros moradores. Julia tem 32 anos, é nascida e criada no Complexo e conhece bem o território, as pessoas, as fofocas e, até mesmo, pessoas ligadas à “boca”. Mãe de 8 filhos, foi, durante a adolescência, ela mesma uma vítima de violência sexual. Ainda na infância, foi abusada pelos tios, “em troca de um pedaço de pão”. De uma violência posterior, sofrida aos 13 anos, nasceu sua primeira filha. Ela foi me contando essa história em parcelas, ao longo de nossa convivência, demonstrando sempre uma grande dificuldade de colocar em palavras algo que evocava memórias de abuso e de dor, mescladas com as sensações ainda infantis de tempos passados e com a visão já adulta das consequências, da “vergonha”¹³ e da resignificação do ato de anos antes.

¹¹ Joca, meu primeiro guia em campo, costuma dizer que, com o tempo, é possível perceber o clima da favela até mesmo “pelo ar e pelos sons, pelo frio na espinha quando se entra”. Creio que essa afirmação de alguém que é morador, um “cria”, me influencia muito sempre que vou entrar nas comunidades, sendo que a primeira coisa para que atento – além de procurar os quase sempre visíveis “radinhos” – é para o som que vem delas. Silêncios, como bem frisou Joca, são preocupantes e normalmente indicam a polícia por perto e a silenciosa medição de forças entre os dois lados. O mesmo Joca sempre foi reticente quanto a me acompanhar em empreitadas noturnas no Complexo, por também perceber as mudanças, às vezes sutis, entre dia e noite. No entanto, uma das lições que ele me ensinou foi apontar os locais onde a polícia normalmente realizava emboscadas, além de me mostrar os modos de caminhar fugindo dos “pontos cegos” e de possíveis tiroteios.

¹² Invoco aqui a ideia trazida por Veena Das (2007) em relação ao caráter ordinário da violência, apreendida por meio de relatos cotidianos. Situação semelhante vem acontecendo em minha experiência etnográfica, sendo que as informações mais relevantes, que me permitem acessar esta linguagem da violência (que não está, de fato, relegada a atos extraordinários) no Complexo.

¹³ Em uma de nossas conversas, quando ela me descreveu como havia ocorrido a violência, ela expressou sentir “vergonha de ter sido enganada” por um homem mais velho e com mais condições financeiras, que havia usado como subterfúgio um convite para leva-la a um parque de diversões e andar de roda gigante. Foi a primeira vez, em nossa interação, que ela deu o nome violência para sua experiência, usando também abuso. De acordo com ela: “ele sabia que eu não tinha nunca ido em um parque, nunca tinha andado na roda gigante. Eu tinha 13 anos, era uma menina, não tinha nada. Sinto vergonha de contar isso, mas foi assim que ele me enganou. Aconteceu, eu engravidei da Paula e minha mãe me expulsou de casa. Fomos morar num barraco sem nada, não tinha nem vaso [sanitário] ou água.(...) quando a Paula já tava grande, eu falei pro Lu [que também é morador da favela] que ele era o pai. Ele nega até hoje.”

Júlia sabia da pesquisa desde o começo e, nesta festa, após beber algumas cervejas, me chamou, em um canto apartado do quintal onde tudo estava acontecendo, e disse: “você quer saber sobre estupro de criança, não é? Pois então, anota aí em algum lugar. Vou te falar os nomes de todas as meninas com quem você pode conversar. Você conhece todas, mas ninguém fala disso aqui”. Começou, então, a desfiar uma lista de crianças e adolescentes (que eu de fato conhecia, ainda dos tempos de ONG) que tinham algum caso específico ou recorrente de abuso sexual (e aqui, novamente, a palavra é minha, pela falta de um vocabulário que dê conta de, na escrita, expressar a gama de ações aqui refletidas). A lista incluía 3 filhas adolescentes da própria Júlia. Além de me dar essa primeira listagem, ela também me forneceu os nomes dos agressores, frisando novamente o fato de que eu reconheceria todos eles, o que de fato ocorreu (com exceção de um).

Meses depois, fui novamente convidada para outra festa de aniversário. Dessa vez, de um adolescente. Entre os convidados, estava uma maioria de jovens, além de amigos e vizinhos da mãe do aniversariante. Fui ao banheiro e, ao voltar, vi um homem, com o qual eu tinha cruzado poucas vezes na comunidade, ajudando a colocar uma lâmpada no local onde a festa estava sendo realizada. Depois, ele passou a auxiliar em várias outras pequenas tarefas. Foi durante esse processo que ouvi o nome como o chamavam. Na hora, minha memória fez a associação com a lista de alguns meses antes. Ainda em dúvida, continuei a observar. Quando Júlia, que também estava presente, se aproximou, a inquiri se era a mesma pessoa. Ela confirmou com um leve movimento de cabeça.

Obviamente, o simples fato de saber da presença desse homem ali, provocou em mim uma cadeia de reações. Comecei a me lembrar dos detalhes do que Júlia havia me contado, de que “quase todas as meninas tinham passado na mão dele” e de sua preferência “pelas mais novinhas, de 7 e 8 anos”. Fui chamada para ajudar com alguma tarefa na casa do aniversariante. Quando voltei, o suposto agressor estava no meio de uma roda de conversa, com um bebê no colo. Naquele momento, senti todos os sinais de alerta acenderem. Meu coração disparou, minha espinha foi percorrida por um calafrio e, por impulso, fui até ele e pedi para segurar a criança. Novamente, eu me vi no meio de uma torrente de sentimentos – de nojo, de medo, de perigo, de raiva -, que, posteriormente racionalizados, têm algo a dizer sobre os dilemas da prática antropológica, da nossa interação com nossos colaboradores e da dificuldade em fazer aquilo que é visceral se tornar um dado e vir representado no texto etnográfico. Esse relato também ajuda a pensar

sobre os limites de nosso envolvimento com os sujeitos de pesquisa e sobre as nossas categorias e imperativos morais.

Ao realizar pesquisa de campo, é sensato buscar compreender o outro a partir de suas próprias categorias e modos de ver o mundo. Sem dúvida, isto é um desafio, na medida em que, muitas vezes, estas concepções se chocam com os modos como a/o pesquisador/a enxerga o mundo. O encontro etnográfico é, por si mesmo, um encontro de sujeitos, cada qual com suas moralidades e sensibilidades. Como mostra Kleinman (2006), viver uma vida moral é lidar com perigos e ameaças. A vida é, nesse sentido, inevitavelmente moral, na medida em que se refere ao que mais importa para cada um de nós. Nesse sentido, falar em moral está além de bom e mau, certo e errado: a experiência moral de algumas pessoas pode estar longe do que chamaríamos de bom e incluir atos como violência, opressão e abuso. Em outras palavras, o que soa terrível aos olhos de alguns, é algo perfeitamente razoável para outros.

É exatamente isto que parece estar em questão nesse exemplo: parece haver um choque entre a minha concepção e as narrativas de meus interlocutores. Não parece um absurdo, para eles, manter relações de amizade com este homem, mesmo sabendo, em detalhes, de seus atos. As palavras violência sexual, abuso, assédio, exploração não fazem parte do vocabulário encontrado nesses contextos. Ainda que haja uma percepção de que se trata de ações fortemente carregadas de perigos, a figura do agressor se esvai, frente às outras relações (tráfico – polícia), estas sim caracterizadas como violentas. Júlia chega a falar em “estupro de crianças”, mas da maneira como ela se expressou, acredito que haja uma modelagem da fala para atender ao que ela imaginava que eu, enquanto pesquisadora do tema, gostaria de ouvir. No entanto, este homem é apontado como um bom vizinho, como alguém sempre pronto a ajudar as pessoas (seja emprestando o carro, levando-os aos lugares onde precisam ir, com dinheiro¹⁴ ou mesmo com comida). O que me parece completamente absurdo e descabido é anulado, para eles, pelas boas características desse homem.

Cada vez mais, parece haver um movimento, na antropologia, de pensar as emoções e os sentimentos, de forma teórica e metodológica, tratando-os como dados da própria pesquisa. É uma ilusão achar que há qualquer possibilidade de sairmos ilesos da

¹⁴ Com o tempo, fui percebendo que ele funciona como uma espécie de agiota.

pesquisa de campo, especialmente quando as vivências tocam em pontos sensíveis, como por exemplo, lidar com narrativas de violência, abuso, dor, exploração.

Caminha neste sentido, a proposição de Favret-Saada (2005) sobre “ser afetado”, durante a realização da pesquisa etnográfica. A autora parte de seu estudo sobre feitiçaria no Bocage francês, como meio de repensar a ideia de afeto. Ela mostra o quanto, na prática, conseguiu fazer da ideia de participação – contida já no que Malinowski propunha, muitos anos antes – um instrumento de conhecimento. Nesse sentido, percorre sua experiência com a feitiçaria, pontuando que, por vezes, ao fazer campo, há algo de “inenarrável” (p. 158), para o qual faltam palavras. Isso mostra o quanto podemos ser afetados pela prática etnográfica. E é a partir dessa afetação que podem se abrir novos campos de diálogo com os “nativos¹⁵”, que estão para além do que poderíamos chamar de empatia: ser afetado significa levar em consideração “situações de comunicação involuntária e desprovida de intencionalidade”, dar a elas “estatuto epistemológico” e investi-las de seu significado afetivo, presente no momento em que aconteceram.

Hardt (2007) pontua a existência do que pode ser chamado de “virada afetiva” nas humanidades e nas ciências sociais e convida a pensar na seguinte pergunta: para que são bons os afetos? Neste sentido, ele mostra que falar de afetos significa pensar em algo que se refere tanto ao corpo quanto à mente, à razão e às paixões. É refletir sobre uma via de mão dupla: nosso poder de afetar o mundo à nossa volta e a capacidade desse mundo de nos afetar.

Creio que o exemplo etnográfico que abre este item deixa bastante claro o poder de afetação que testemunhar esses ocorridos teve em mim. Confrontada com muitos de meus limites, restei sem palavras disponíveis e, ainda agora enquanto escrevo e rememoro em detalhes essa cena, sinto corpo e mente reagirem. Naquele momento, o que havia era terror, inconformismo e o acionamento de todo um repertório de significados que me fazem caracterizar aquele homem como um agressor. No dia do carnaval, meu desespero frente àquela lista enorme de nomes tão familiares e queridos era tamanho que, ao pegar o trem na estação de Deodoro, para me dirigir ao local onde estava hospedada, eu conseguia apenas chorar. Chorei a ponto de pessoas desconhecidas, naquele trem lotado de fantasias, alegorias, purpurina, turmas de bate-bola e foliões, buscarem formas de me consolar. Ao

¹⁵ Esta é a palavra utilizada pela autora. Faço essa observação porque acredito fazer mais sentido falar em interlocutores ou colaboradores.

chegar à estação Central do Brasil, procurei o primeiro banheiro e vomitei. Na impossibilidade de uma reação psicológica adequada e de qualquer ato prático para mitigar o sofrimento das meninas daquela lista, restou ao corpo se fazer presente e expelir todo o desespero, toda a falta de palavras e todo o horror com o qual eu me via confrontada.

Ainda que a definição de violência sexual (bem como de seus correlatos) possa ser pensada a partir de diversos níveis de entendimento, o motivo de chamar a atenção, para a situação narrada acima, é mostrar o quanto se trata, independente do nome que se dê, de violências invisíveis e não ditas. Há um acordo tácito que parece dizer: sabemos o que aconteceu, é triste, mas não há nada que se possa fazer. Júlia só decide me fornecer a lista ou me contar suas memórias infantis, após bastante tempo e depois de ter tomado algumas cervejas.

Em muitos momentos, ela e outras mulheres com quem conversei se mostraram bastante reticentes em falar do assunto. Em todos os casos, havia a inevitável pergunta: “isto que vou contar vai implicar alguém/meu pai/meu tio/meu avô/o X? Porque se for, não vou falar”. Após minha promessa de que não iria fazer nenhuma denúncia e da explicação sobre a pesquisa e sua finalidade, os relatos começavam. No entanto, todos eles vinham carregados de reticências, de frases entrecortadas, de pausas e de dores. Desconfio que, para a maioria de minhas interlocutoras, esta tenha sido a primeira experiência real de falar sobre estas memórias. As palavras saíam, respondiam ao que eu perguntava, para depois morrerem novamente no espaço do esquecimento, do apagamento e do silêncio.

Grace Cho (2008), no seu primoroso livro sobre a diáspora de mulheres coreanas, a partir de relacionamentos com homens do exército norte-americano, fornece importantes considerações para pensar sobre apagamentos e silenciamentos. Além de apresentar um texto altamente confessional, em que notamos de pronto sua identificação e proximidade com o tema de estudo, ela propõe refletir sobre o que chama de “tecido do apagamento”. Faria parte deste tecido o silêncio, as palavras não ditas, sendo fundamental compreender o papel do trauma, com sua temporalidade não linear. O silêncio e o segredo, em sua pesquisa, tornam-se o próprio foco, já que é neles que podem ser encontradas as questões e as respostas. Os segredos “têm um modo de se revelar, mesmo que aquele que os guarde nunca fale¹⁶”.

¹⁶ No original: *because secrets have a way of revealing themselves even when the subject who carries the secrets never speaks of them.* (CHO, 2008, p. 17). Tradução minha.

É nas instâncias do trauma que podemos localizar histórias a serem contadas, mas sem a ilusão de que seja possível uma narrativa fácil. Como contar histórias que desafiam os limites do visível e invisível, do dito e não dito, do que se apresenta facilmente e que, ao mesmo tempo, se esconde por medo, vergonha e humilhação? Não possuo uma resposta rápida e óbvia, mas creio que o caminho apontado por Cho pode ser uma boa estratégia. Desvelar o silêncio e o não dito é um pouco do que tenho buscado realizar.

No entanto, resta um dilema – que eu chamaria de insolúvel: mesmo sabendo e tendo a confirmação de atos que quebram com as leis que regem os cuidados com crianças e adolescentes, devemos, de fato, nos calar e não denunciar às autoridades competentes? Em contrapartida, pode o pesquisador influenciar a tal ponto as vidas de seus sujeitos de pesquisa, modificando relações que estabelecem uns com os outros? Pode (e deve) o pesquisador se tornar porta-voz de narrativas de violência e leva-las a instâncias de denúncia, investigação e julgamento? Não estaríamos traindo – e, portanto, rompendo com princípios éticos e compromissos assumidos – a confiança de nossos interlocutores ao nos colocarmos, ainda que sob a justificativa de busca de justiça, como os responsáveis por possíveis denúncias¹⁷? Mais uma vez, não creio que possua uma resposta definitiva. De todo modo, assumi um compromisso moral com meus interlocutores (expresso até mesmo nos Termos de Consentimento¹⁸) de não utilizar suas narrativas para além do escopo etnográfico. Obviamente, isso não me faz dormir mais tranquila ou cria em mim um sentido de justiça, mas, pelo menos por hora, este parece ser o caminho mais correto.

Como deve estar claro, este artigo não apresenta nenhuma solução final para nenhum dos problemas colocados. No entanto, ele funciona como um índice de perguntas e desafios com os quais tenho lidado ao realizar pesquisa de campo. Para mim, e mantenho o tom pessoal e subjetivo até o final, este texto é um modo de tentar racionalizar questões de ordem emocional, conferindo a elas um sentido antropológico. Por meio da escrita – essa possível cura – busco expurgar sentimentos e dores, além de refletir sobre as

¹⁷ Montgomery (2006), em seu livro sobre “prostituição infantil” (o termo é dela), na Tailândia, reflete sobre alguns destes dilemas. Ela mostra como, a partir dos pedidos de seus interlocutores, decidiu não realizar nenhuma denúncia, já que isto romperia os compromissos éticos que assumiu com quem compartilhou com ela suas histórias e vivências. Meu dilema segue na mesma linha e, na maior parte do tempo, posso dizer que sofro com a impossibilidade de fazer uma intervenção mais direta. No entanto, ao mesmo tempo, sei que isso poderia colocar em risco as adolescentes e suas famílias e a mim mesma, especialmente nas relações onde a facção ligada ao tráfico está envolvida.

¹⁸ Além disso, adotei como prática, sempre que confrontada com narrativas que envolvem denúncias, distribuir panfletos educativos, que ensinam o passo a passo do processo de denúncia, indicam os órgãos responsáveis e os telefones para buscar ajuda.

vulnerabilidades e dilemas colocados pela realização do trabalho de campo. Por fim, relatar estas várias adversidades é uma tentativa, ainda que parcial, de fugir do que Taussig (1993) denomina de *espaço da morte*, esta espécie de *soleira*, espaço liminar inefável e vazio de esperança, onde o(s) terror(es) e a(s) violência(s) se manifestam e têm a capacidade de fragmentar as pessoas e suas vidas.

Referências bibliográficas

- BEHAR, Ruth. *The vulnerable observer. Anthropology that breaks your heart*. Boston: Beacon Press, 1996.
- BIONDI, Karina. *Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFSCAR, São Carlos, 2014.
- BUTLER, Judith. *Precarious Life. The powers of mourning and violence*. London / New York: Verso, 2005.
- _____. Precarious Life, Vulnerability, and the Ethics of Cohabitation. In: Journal of Speculative Philosophy. Vol 26, nº 2, 2012.
- _____. Rethinking vulnerability and resistance. In: BUTLER, J., GAMBETTI, Z & SABSAY, L. (org). *Vulnerability in Resistance*. Durham/London: Duke University Press, 2015.
- _____. *Quadros de Guerra*. Quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, 288p.
- _____. Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. Cadernos Pagu, Campinas, n. 11, 1998, p. 11 – 42.
- BUTLER, J., GAMBETTI, Z & SABSAY, L. (org). *Vulnerability in Resistance*. Durham/London: Duke University Press, 2015.
- CHO, Grace. *Haunting the Korean Diaspora. Shame, secrecy, and the forgotten war*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2008.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Tradução de Patrícia Farias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. 320 p.
- DAS, Veena. *Life and Words. Violence and the descent into the ordinary*. Berkeley /Los Angeles /London: University of California Press, 2007.
- DAS, Veena & POOLE, Deborah. “El Estado y sus márgenes. Etnografias comparadas. In: Cuadernos de Antropologia Social. n.27, 2008, p. 19 – 52.
- EFREM FILHO, Roberto. A reivindicação da violência: gênero, sexualidade e a constituição da vítima. Cadernos Pagu, Campinas, n. 50, 2017, 54p.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. In: Cadernos de Campo, n.13, 2005.
- FERRANTE, Elena. 2016. *História de quem foge e de quem fica*. São Paulo: Biblioteca Azul.
- GOLDSTEIN, Donna. *Laughter out of place. Race, Class, Violence, and Sexuality in a Rio Shantytown*. Berkeley/London: University of California Press, 2003, 350p.
- GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

- *Prazeres perigosos*. Erotismo, gênero e limites da sexualidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- GUPTA, Akhil & FERGUSON, James (ed). *Culture, power, place*: explorations in critical Anthropology. Durham: Duke University Press, 1997, 361p.
- KLEINMAN, Arthur. 2006. *What really matters*. Living a Moral Life Amidst Uncertainty and Danger. Oxford: Oxford University Press.
- LOWENKRON, Laura. *O monstro contemporâneo*: a construção social da pedofilia em múltiplos planos. Rio de Janeiro: Eduerj, 2015.
- MARCUS, George & CLIFFORD, James (org). *A escrita da cultura*. Poética e política da etnografia. Tradução de Maria Cláudia Coelho. Rio de Janeiro: Eduerj/Papeis Selvagens, 2017, 388 p.
- MONTGOMERY, Heather. *Modern Babylon?* Prostituting children in Thailand. New York/Oxford: Berghahn Books, 2006.
- MORENO, Eva. Rape in the field. In: KULICK, Don & WILLSON, Margaret. *Taboo*: Sex, Identity, and Erotic Subjectivity in Anthropological Fieldwork, London/New York: Taylor, 1994.
- PARREIRAS, Carolina. Entre narrativas e invisibilidade: compreendendo violências sexuais contra crianças e adolescentes em favelas. Reunião Anual da Anpocs. Caxambu, 2017.
- STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. Coordenação editorial: Florencia Ferrari. Tradução: Iracema Dulley, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify, 2014. 576 p.
- TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

autora

Carolina Parreiras

É antropóloga, com graduação em Ciências Sociais, mestrado em Antropologia e Doutorado em Ciências Sociais, todos pela Unicamp. Atualmente é pesquisadora de pós-doutorado vinculada ao PPGAS/USP, onde também é membro do Núcleo de Estudos em Marcadores Sociais da Diferença, o NUMAS.

Recebido em: 28/12/2017

Aceito para publicação em: 04/04/2018